

REFLEXÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL¹

Maria Lúcia Martinelli²

RESUMO: Trato, neste artigo, das relações entre o Serviço Social e o seu projeto ético-político. Partindo de uma concepção sócio-histórica, analiso a profissão e o projeto como construções sociais em contextos históricos determinados. Situo os alicerces do projeto e explico suas relações com os projetos societários, bem como ressalto a importância da qualificação e empenho dos profissionais no sentido da consolidação do projeto ético-político.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social, Projeto Ético-Político, Construção Coletiva.

Introdução

Muito prazer, sou uma
Assistente Social.

Há várias perspectivas a partir das quais a temática do projeto ético-político profissional pode ser abordada. Neste artigo optei por fazê-lo de modo teórico-prático, ancorando minhas reflexões no próprio exer-

¹ Palestra promovida pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, em 10/11/2005. Transcrição de Jussara Ayres Bourguignon, em março de 2006.

² Doutora em Serviço Social, Docente e Pesquisadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade da mesma Universidade.

cício profissional cotidiano, à luz da categoria identidade.

Como sou assistente social há várias décadas, é com esta profissão que venho atravessando a vida e construindo a minha história. Com ela realmente me construí, pois é uma profissão que traz muitos desafios, mas traz também muito retorno. Assim como os ferroviários ingleses responderam ao historiador Edward Thompson (1948, p. 36), quando perguntados sobre a árdua tarefa de construir ferrovias: “*nós construímos a ferrovia, mas ela também nos construiu*”, posso, com convicção, afirmar que contribuí muito para a construção do Serviço Social, mas ele também me construiu. Profissionalmente, como assistentes sociais, somos colocados muito próximos daquilo que é essencial na nossa vida, que é a possibilidade da construção coletiva e da intervenção no próprio tecido social.

Somos profissionais que chegamos o mais próximo possível da vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos. Poucas profissões conseguem chegar tão perto deste limite como nós. É, portanto, uma profissão que nos dá uma dimensão de realidade muito grande e que nos abre a possibilidade de construir e reconstruir identidades – a da profissão e a nossa – em um movimento contínuo.

Como pesquisadora deste campo temático da identidade³, em suas relações com a história, a cultura e os processos sociais, em geral, quero ancorar minhas reflexões nas questões da identidade profissional que permeiam a construção do projeto ético-político do Serviço Social.

Somos uma profissão com mais de cem anos no mundo e, tomando por referência a criação da primeira Escola de Serviço Social em 1936, em São Paulo, estamos completando setenta anos de Serviço Social no Brasil.

Trata-se, sem dúvida, de uma trajetória longa, fecunda, profundamente identificada com a construção do campo dos direitos sociais no Brasil, porém preocupa-me constatar que algumas vezes estamos construindo identidades pela negatividade, visualizando-se o Serviço Social como uma profissão que atende a tudo aquilo que não é específico das demais profissões sociais.

³ Indico na bibliografia algumas de minhas produções sobre esta temática, com vistas ao aprofundamento da análise.

É muito importante que possamos construir identidades pela positividade. Identidades pedem reconhecimento, reciprocidade, são construções coletivas. Não há como construir identidades de modo solitário e ninguém constrói identidade no espelho, pois ela é construída no cenário público, na vida cotidiana, juntamente com os movimentos sociais, com as pessoas com as quais trabalhamos.

Creio que um primeiro movimento que o trabalho com a identidade me ensinou, foi exatamente o de recuperar a centralidade do humano, de reconhecer os sujeitos sociais com os quais atuamos como legítimos construtores da prática social. Nós não construímos só a nossa prática profissional⁴, o fazemos de modo inclusivo com todas estas pessoas, sejam elas crianças, adultos, anciãos, o morador de rua, pois não há ser humano sem história, assim como não há identidade sem escuta.

É fundamental que reconheçamos a importância de nossa profissão ao abrir espaços de escuta para estes sujeitos que, muitas vezes, nem, sequer são alcançados por outras profissões. Com frequência somos nós, assistentes sociais, os interlocutores deste segmento que praticamente já não mais interessa a quase ninguém. Homens de rua não votam, imigrantes estão sem trabalho, anciãos não são produtivos sob o ponto de vista do mercado, enfim este é o segmento pensado por muitos como uma população sobrando, sem inserção no mercado de trabalho.

Em uma sociedade, como a nossa, que se organiza por esta lógica de mercado, as pessoas são importantes enquanto são produtivas e quando não produzem, é como se já não fossem nem sequer seres humanos. É impressionante constatarmos como o econômico invade as relações sociais e como certas práticas retiram cidadania dos sujeitos, fragilizando a sua já frágil condição humana. Não dialogam com os sujeitos em sua plenitude, desconsideram a sua consciência política, reduzindo o campo de intervenção do Serviço Social ao mero atendimento pontual da solicitação das pessoas. Nosso ato profissional é muito mais pleno do que o atendimento imediato da solicitação. É

⁴ Uma importante análise, e indispensável leitura, sobre o uso da expressão prática profissional, encontra-se em Iamamoto, 998, especialmente às páginas 93 a 96. No caso do presente artigo utilizo-a para expressar o trabalho profissional que o assistente social realiza no contexto das relações sociais.

muito maior do que isso. Certamente, vamos prestar o atendimento, mas tendo até mesmo a coragem em alguns momentos de recolher aquele gesto espontâneo da resposta imediata.

A nobreza de nosso ato profissional está em acolher aquela pessoa por inteiro, em conhecer a sua história, em saber como chegou a esta situação e como é possível construir com ela formas de superação deste quadro. Se reduzirmos a nossa prática a uma resposta urgente a uma questão premente, retiramos dela toda sua grandeza, pois deixamos de considerar, neste sujeito, a sua dignidade humana.

Em um belo texto, intitulado “O narrador”, o filósofo Walter Benjamin (1994, p. 220 - 221), refletindo sobre o alcance das práticas humano-sociais, nos diz que é preciso construir práticas que nos permitam unir “*a mão e o gesto, a voz e a palavra*”, ou seja, que tenham inteireza, que se façam a partir da centralidade do humano.

É assim que temos de pensar em nossa profissão: uma profissão que através de sua intervenção na realidade, de sua interlocução com os movimentos sociais, com os setores organizados da sociedade civil, participa da reconstrução do próprio tecido social.

A partir das práticas que realizamos, dos processos políticos dos quais somos protagonistas como profissionais e como cidadãos, participamos sim da construção de uma nova sociedade.

Que tenhamos, portanto, a firmeza de declarar “*muito prazer, sou um assistente social*”.

1. Serviço Social: uma profissão de natureza interventiva

O Serviço Social é uma profissão que tem um compromisso com a construção de uma sociedade humana, digna e justa.

A transição do século XX para o século XXI foi marcada por profundas transformações societárias que alcançaram todos os níveis da vida social e inclusive as profissões. Evidentemente não somente o Serviço Social, mas o conjunto das profissões.

Na verdade, neste período histórico assistimos a um redesenho

da própria sociedade. A filósofa Marilena Chauí⁵ (1999 - 2000) nos seus estudos sobre a sociedade contemporânea, afirma que nas últimas décadas do século passado assistimos a um verdadeiro desmonte da sociedade, a uma verdadeira implosão de direitos sociais conquistados há mais de duzentos anos, com duras lutas, desde a Revolução Francesa em 1789.

O trabalho socialmente protegido, uma legislação trabalhista consistente, acesso aos bens e serviços socialmente produzidos, direitos consagrados em Cartas Constitucionais e em legislação pertinente, ruíram diante de nossos olhos. Com o avanço do processo de globalização e com os ajustes neoliberais caíram por terra todos estes direitos.⁶

A edificação com a qual convivemos durante décadas sumiu de nosso horizonte. Que edificação era esta, que sociedade era esta? Uma sociedade que se organizava através do trabalho e a partir do trabalho contava com a proteção trabalhista, com a proteção social.

O trabalho é expressão do humano, é constitutivo da práxis humana. (MARX, 1986, p. 201 a 209). Porém, da década de setenta do século passado para cá, começa a ocorrer um descentramento do trabalho como modo de organização da vida em sociedade.

No modelo até então vigente, trabalho, emprego e proteção social compunham uma tríade organicamente articulada. Ao perdermos o trabalho como instância organizativa da vida social, perdemos muito de tudo aquilo que significa proteção legal ao trabalho, proteção social ao cidadão.

Torna-se bastante claro que no âmbito das políticas neoliberais, somos considerados cidadãos, trabalhadores enquanto estamos à disposição do capital. Ao deixar o mercado formal de trabalho, rapidamente o trabalhador perde a sua inserção de classe e os seus direitos trabalhistas e sociais.

Os estudiosos franceses deste tema, e entre eles especialmente Robert Castel (1998), consideram que todas estas perdas o le-

⁵ A autora trabalha esta temática em vários estudos, porém para efeito deste artigo utilizei especialmente a Ideologia Neoliberal no livro "Os sentidos da democracia" (1999, p. 27 a 54) e "O que comemorar?" na Revista Projeto História nº 20, p. 35 a 62, publicada pela EDUC, São Paulo, 2000.

⁶ Sobre esta temática há uma vasta literatura. Para efeito deste artigo destaco Castel (1998), Antunes (2001), Dupas (1999), Chauí (1999).

vam a entrar em uma rota de exclusão.

A própria sociedade vai retirando dele cidadania. Uma pessoa pode ter trabalhado durante muitos anos, porém ao deixar o mercado começa a compor uma categoria de não-trabalhador, todos os seus direitos se esvaem, abala-se toda uma vida pessoal e familiar arduamente construída. *“Tudo que é sólido desmancha no ar”*. (MARX, 1981, p. 34).

Certamente isto traz profundas repercussões que não atingem apenas a materialidade do processo de trabalho, mas atingem também a nossa subjetividade. (ANTUNES, 2001). Somos todos tragados por esta espiral.

São trabalhadores que perdem o seu posto de trabalho, são jovens que nem sequer conseguem iniciar a sua vida profissional, são crianças precocemente envolvidas com o trabalho infantil.

Assistimos a uma adultização da infância e nos perguntamos: o que ocorrerá com uma sociedade cujas crianças estão tendo sua infância roubada, seja pelo desemprego dos pais seja pelo trabalho infantil? Qual será a sociabilidade destes adultos que não tiveram tempo para o lazer, para o prazer, que cresceram em um contexto de profunda desigualdade social?

É realmente um quadro muito preocupante. Eric Hobsbawm, um dos maiores historiadores marxistas de nosso tempo, em seu livro *“A Era dos Extremos”* (1995, p. 421 a 430), realiza uma análise sobre a América Latina e, em seu interior, faz uma referência ao Brasil concluindo com uma frase que expressa camadas de história, e condensações de reflexão política: *“O Brasil é um verdadeiro monumento vivo à desigualdade social.”*

Este é o momento histórico que vivemos hoje, esta é a realidade na qual nos cabe intervir.

Somos profissionais cuja prática está direcionada para fazer enfrentamentos críticos da realidade, portanto precisamos de uma sólida base de conhecimentos, aliada a uma direção política consistente que nos possibilite desvendar adequadamente as tramas conjunturais, as forças sociais em presença. É neste espaço de interação entre estrutura, conjuntura e cotidiano que nossa prática se realiza. É na vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos que as determinações conjunturais se expressam. Portanto, assim como precisamos saber ler conjunturas, precisamos saber ler também o cotidiano, pois é

aí que a história se faz, aí é que nossa prática se realiza.

Certamente não estamos pensando no cotidiano como um espaço repetitivo, vazio, mas sim como um espaço contraditório e complexo onde a realidade se revela, onde os problemas se expressam. Saber ler a conjuntura a partir do cotidiano, significa identificar acontecimentos, contextos, relações de força, para saber onde e como atuar. Para tanto precisamos de uma sólida base de conhecimentos, de um *“olhar político”*, como o denomina a ensaísta argentina Beatriz Sarlo (1997, p. 55-63), que nos permita *“aguçar a percepção das diferenças como qualidades alternativas e saber descobrir as tendências que questionam ou subvertem a ordem.”*

Este século que estamos vivendo agora foi declarado pela ONU como o século do conhecimento, homenageando o grande cientista Albert Einstein que revolucionou a Física.

Em 2005 comemoram-se cem anos das grandes mudanças que Einstein introduziu na Física. O ano de 1905, quando isto ocorreu, foi consagrado como o ano do conhecimento e agora vivemos o século do conhecimento. Este conhecimento que está sendo celebrado não é, evidentemente, um conhecimento contemplativo, solitário, propriedade de alguns intelectuais iluminados. Não, o conhecimento a que estamos nos reportando, e do qual nós Assistentes Sociais necessitamos, é um conhecimento socialmente construído, politicamente dimensionado, trazendo a possibilidade da construção coletiva.

Estamos vivendo um momento histórico da maior importância em que temos que assumir realmente a coragem de transformar o nosso conhecimento silencioso em conhecimento partilhado. É preciso deixar mais claro o que nós sabemos, assumir que sabemos, pois o saber que o Serviço Social domina vem de todos os seus conhecimentos teórico-metodológicos, mas vem também do conhecimento da realidade onde atuamos.

A possibilidade de trabalhar no cotidiano a partir desta perspectiva é de uma riqueza ímpar, e aí se institui uma particularidade de nossa profissão, pois esta é uma profissão de natureza interventiva, com um profundo significado social.

O Serviço Social, desde as suas origens, é uma profissão que tem um compromisso com a construção de uma sociedade humana digna e justa.

Este é o núcleo fundante de nosso projeto ético-político, é o nosso compromisso de cada dia.

O social que está presente na denominação de nossa profissão, é parte de nossa identidade. É um social que é síntese de múltiplas determinações: políticas, econômicas, históricas, culturais. Portanto, para bem realizar o nosso ofício, temos de intervir de modo a alcançar esta gama de determinações, que estão presentes até mesmo no menor ato de nossa vida cotidiana: no atendimento do plantão, na solicitação do benefício, na visita domiciliar. Assim como estão presentes também no trabalho com os movimentos sociais, com lideranças comunitárias, nas negociações políticas.

Por todas estas circunstâncias é fundamental que tenhamos uma direção social claramente posicionada para orientar as nossas ações, relações e decisões.

Em outras palavras, torna-se indispensável que tenhamos um consistente projeto ético-político profissional.

2. O Serviço Social e o projeto ético-político

O projeto ético-político não é uma abstração, nem um ente que se instituiu entre nós. É uma construção coletiva, de natureza histórica, portanto sempre sujeito a transformações.

O projeto ético-político que temos hoje no âmbito do Serviço Social, cuja base de sustentação é a teoria social marxista, é uma construção coletiva da qual todos nós participamos, com nossas vidas, com nossas histórias, com a densidade de nossas práticas.

A partir dos diferentes lugares sociais que ocupamos: pesquisadores, docentes, profissionais de campo, estudantes de Serviço Social, fomos protagonistas desta construção, integramos este sujeito coletivo, esta coletividade juntamente com o conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS, com as organizações sócio-assistenciais, com as agências formadoras de ensino e pesquisa.

Partilho da concepção de coletividade proposta por Eder Sader (1988, p.11): *“uma instância organizativa onde se elabora uma identida-*

de e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas.”. Sujeitos coletivos expressam consciências partilhadas, são sujeitos que lutam por vontades históricas determinadas. Por isto é tão importante o conhecimento das cambiantes dinâmicas societárias, das múltiplas expressões da questão social, pois o projeto profissional do Serviço Social, ou seja, o projeto ético-político da profissão, de alguma forma relaciona-se com o projeto societário mais amplo. São forças sociais em presença. Ambos são projetos coletivos, certamente de diferente magnitude. Os projetos societários têm no seu horizonte uma imagem de sociedade a ser construída, dirigindo-se à sociedade em seu conjunto. Já os projetos profissionais

... apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegeem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube historicamente o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 1999, p. 95).

Ressalte-se, portanto, o caráter não exclusivo do projeto ético-político profissional. Como expressão histórica de um coletivo profissional maduro, politicamente organizado, o projeto pode ser hegemônico, mas não necessariamente único. O coletivo profissional é um campo de disputa de significados, um campo de diversidades, sendo sempre possível o surgimento de projetos profissionais de diferente natureza. A hegemonia é conquista e não outorga, pressupõe um espaço de negociação política, de luta social no âmbito do próprio coletivo.⁷ Numa perspectiva macrosocial isto se coloca também em relação ao projeto societário, pois dependendo das circunstâncias históricas, tais projetos podem ou não estar em um marco político da mesma natureza, o que demandará enfrentamentos específicos que transcendem inclusive o nível do coletivo e da própria categoria profissional, remetendo a outros níveis de alianças e parcerias.⁸

⁷ Para aprofundamento de estudo sobre a categoria hegemonia e sobre direção social, consultar a obra de Antonio Gramsci, de ampla circulação no Brasil e com profunda repercussão na literatura do Serviço Social brasileiro, onde há nomes destacados como o de Ivete Simionatto e Marina Maciel.

⁸ Para aprofundamento desta análise ver Netto, obra citada (1999, p. 93-109).

Da mesma forma, deve ser ressaltado também o caráter histórico do projeto ético-político. Torna-se imprescindível o reconhecimento de que o projeto ético-político não é um produto endógeno, pronto e definitivo, muito menos uma abstração ou um ente que se institui entre nós. Ao contrário, é uma longa construção social que se faz em meio a um complexo jogo de forças políticas, implicando sempre a exigência de luta por hegemonia.

Daí a importância dos profissionais saberem fazer leituras críticas, ético-políticas, de conjuntura, para poderem construir formas cada vez mais substantivas de consolidação do projeto profissional. Na verdade, como já afirmamos, o assistente social é um profissional que trabalha permanentemente na relação entre estrutura, conjuntura e cotidiano; é no cotidiano que as determinações conjunturais se expressam e aí é que se coloca o desafio de garantir o sentido e a direcionalidade da ação profissional. Finalmente, é bom lembrar que a dimensão política que é constitutiva do projeto profissional, e a ele imanente, somente adquire materialidade e concretude nos diferentes planos do exercício profissional o qual, como ato político, recebe e produz impactos societários. Portanto, como construção sócio-histórica, o projeto ético-político de profissão só se consolida no próprio processo histórico. Sua legitimação deve ocorrer em diferentes níveis, envolvendo desde os contratantes do trabalho profissional do assistente social, até outros coletivos profissionais, as agências formadoras e especialmente os sujeitos que demandam a sua prática.

Sabemos que não é fácil, pois somos trabalhadores assalariados, o que faz com que a consolidação do projeto ético-político profissional se dê em meio a uma relação complexa e contraditória, onde estão em jogo múltiplas determinações, de natureza macrosocial que não só a influenciam como, na verdade, a constituem.

Partilho da convicção de José Paulo Netto (1999, p. 98-99) de que

... os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normatizações morais e/ou prescrição de direitos e deveres, mas envolvem ainda as escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias e dos profissionais — por isto mesmo, a contemporânea designação dos projetos profissionais como projetos ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional.

Somos nós, portanto, que podemos, pela mediação das nossas práticas, dar vida e concretude ao projeto ético-político profissional. Assim como as mães da Praça de Maio, na Argentina, temos de reafirmar a cada dia que *“a única luta que se perde é aquela que se abandona.”*

3. Expressões contemporâneas da identidade profissional

Identities são permanências e rupturas, são processos de identificação em curso.

Creio ter deixado claro, e reafirmo aqui apenas por uma questão de ênfase, que estas reflexões estão pautadas em uma concepção sócio-histórica de profissão, na qual o Serviço Social é visualizado como especialização do trabalho coletivo e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objetivo o enfrentamento das inúmeras expressões da questão social. Isto lhe dá um caráter eminentemente dinâmico, permitindo-nos pensar o Serviço Social como uma profissão histórica, instituinte, uma verdadeira construção social, uma vez que a profissão se transforma ao se transformarem as condições em que se deu o seu engendramento histórico. Nesta perspectiva, o sentido e a direcionalidade da ação profissional demandam um permanente movimento de construção/reconstrução crítica, pois projetos ético-políticos e práticas profissionais devem pulsar com o tempo e com o movimento. Ambos são atos políticos, são produtos de sujeitos coletivos em contextos históricos determinados.

Hoje, diante das profundas transformações societárias e de suas repercussões sobre as profissões, temos identidades inteiramente dinâmicas, que se expressam de múltiplas formas.

Se este é o século do conhecimento, é também o século da intervenção, da materialização do conhecimento.

Nós, como assistentes sociais, estamos iniciando este milênio com renovadas possibilidades de prática profissional. A rigor, desde a Constituição de 1988 até a aprovação da Política Nacional de Assistência Social, em 15 de outubro de 2004, inúmeras foram as transformações que ocorreram na área do Serviço Social.

Fiel às suas origens, o Serviço Social brasileiro firmou posições importantes no campo dos direitos sociais, sempre numa perspectiva radicalmente democrática, conforme bem o expressa o projeto ético-político da profissão.

A visibilidade deste esforço coletivo de redimensionar o significado dos valores e compromissos ético-profissionais é claramente perceptível na afirmativa do sociólogo Francisco de Oliveira, ao prefaciá-lo livro "O Brasil em contra-reforma", de autoria da assistente social Elaine Behring (2004): "*O campo dos direitos sociais no Brasil não seria o mesmo, não fosse a luta dos assistentes sociais!*".

Sob o ponto de vista do campo interventivo do Serviço Social foram expressivas também as transformações ocorridas. Identidades são permanências e são transformações, são processos de identificação em curso, o que fica bem presente nas formas pelas quais a profissão aparece socialmente.

Assim, ao lado da área clássica dos cuidados com a qual a profissão se instituiu, novas perspectivas de prática ganham materialidade e concretude.

Esta primeira área, a dos cuidados, é a área institucional *stricto sensu*, aquela a partir da qual acolhemos os usuários das políticas sociais nas instituições. É uma área histórica muito importante, pois as instituições são indispensáveis à sociedade, além de expressarem respostas políticas do Estado às necessidades da população.

Hoje vemos crescer entre nós todo um novo segmento de organizações não-governamentais, um terceiro setor muito amplo onde são realizadas também práticas sócio-assistenciais.

Com a mesma intensidade a profissão vem desenvolvendo, sobretudo a partir da Constituição de 1988, da Lei Orgânica da Assistência e de outros marcos legais, um campo muito sólido na área das políticas.

Lembremo-nos da importância do Assistente Social no processo político nacional, em nossa presença no cenário público, nas Câmaras Municipais, no Parlamento. Lembremo-nos também da prática com Conselhos, que decorreu dos avanços constitucionais, da prática da gestão no campo das políticas.

Cuidados, política, gestão, são áreas fecundas de inserção

profissional, ao lado das quais devemos incluir a docência em Cursos Superiores e a prática da pesquisa, da construção do conhecimento.

Temos uma Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, somos reconhecidos como área de conhecimento pelas agências nacionais de pesquisa e fomento — CAPES e CNPq —, temos uma linha editorial própria da área, portanto mais do que nunca devemos assumir a riqueza da profissão e reconhecer que somos assistentes sociais por uma questão de identidade!

Porém, esta diversidade de demandas e de áreas de intervenção deixa patente a importância do projeto ético-político dando sentido e direcionamento à ação profissional.

O Código de Ética Profissional, a Lei que regulamenta a profissão, as diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social são os alicerces fundantes do projeto ético político, razão pela qual devem ser de pleno conhecimento de cada assistente social, de cada acadêmico de Serviço Social.

Na verdade mais do que conhecer é preciso agir de modo competente, crítico, qualificado teoricamente e ainda mais é preciso também muita coragem para lutar contra os obstáculos que se inter põem em nossa caminhada.

Torna-se oportuna, então, a lembrança da reflexão de Comte-Sponville (1995, p. 59-61) sobre a coragem:

A coragem nada mais é que a vontade mais determinada e, diante do perigo ou do sofrimento, mais necessária (...) mas a coragem está no desejo, não na razão, no esforço, não na intenção. Trata-se sempre de perseverar em seu ser, e toda a coragem é feita de vontade (...) um começo sempre recomeçado, apesar do cansaço, apesar do medo, e por isso sempre necessário e sempre difícil (...) como toda virtude, a coragem só existe no presente (...), é preciso ser corajoso, não amanhã ou daqui a pouco, mas agora.

REFLECTIONS ABOUT THE SOCIAL WORK AND THE PROFESSIONAL ETHICAL – POLITICAL PROJECT

ABSTRACT: I treat, in this article, about the relations between the Social Work and its project ethical-political. Beginning from a social-historical conception, I analyze the

profession and the project like social buildings in determined historical contexts. I place the foundations of the project and explain its relations with the societal projects, as well as I point out the importance of the professionals' qualification and determination on direction of the consolidation of the ethical-political project.

KEYWORDS: Social Work, Ethical-Political Project, Collective Building.

Referências

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 4ª edição, São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

CHAUÍ, Marilena. O que Comemorar? **Revista Projeto História**, n. 20 São Paulo: EDUC, 2000.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra – reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2004.

BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas.** Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 7ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1994.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

COMTE-SPONVILLE, A. **Pequeno Tratado das Grandes Virtudes.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DUPAS, G. **Economia Global e Exclusão Social.** Pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HOBBSBORN, E. **Era dos Extremos.** O breve século XX: 1914-1991. Trad. De Marcos Santarrita. Revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. E CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação.** São Paulo: Cortez, 10ª edição, 2006.

_____. Pensar a Identidade: eis a tarefa. Um ensaio sobre a identidade profissional do Serviço Social. In: Karsch, Ursula (org.). **Estudos Comparados do Serviço Social. Brasil-Portugal.** Volume 2. São Paulo: EDUC, 2005.

MARTINELLI, M. L. **O Uno e o Múltiplo nas Relações entre as Áreas do Saber.** São Paulo: Cortez, 3ª edição, 2003.

MARX, K. **O Capital.** Crítica da Economia Política. Livro I, volume I. Trad. De Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 9ª edição, 1984.

Martinelli, Maria Lúcia. *Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional*

MARX, K. E ENGELS, F. **Manifesto del Partido Comunista**. Moscou: Editorial Progreso, 1981.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à Crise Contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo I — Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB, 1999.

OLIVEIRA, F. E PAOLI, M. C. (orgs.). **Os Sentidos da Democracia**. Políticas do dissenso e hegemonia global. São Paulo: FAPESP, NEDIC. Petrópolis: Vozes, 1999.

SADER, E. **Quando Novos Personagens entraram em Cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SARLO, B. **Paisagens Imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: EDUSP, 1997.

THOMPSON, E. **The Railway**: an adventure in construction. London: The British-Yugoslav Association, 1948.

YAZBEK, M. C. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil. In: **Revista Temporalis**, ano 2, nº 03, Brasília: ABEPSS, Granfilline, 2001.